



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

INQUÉRITO Nº 4.888/DF – ELETRÔNICO
RELATOR : MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
SENADO FEDERAL – CPI DA PANDEMIA
INVESTIGADO : JAIR MESSIAS BOLSONARO
PARECER PGR-(GT CPI-COVID)- Nº 537903/2022

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Vice-Procuradora-Geral da República, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em atenção ao despacho exarado em 17 de agosto de 2022, vem, perante Vossa Excelência, manifestar-se acerca do pedido de prorrogação de prazo formulado pela autoridade policial.

Trata-se de inquérito judicializado para apurar condutas do Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, em razão de haver supostamente propagado em *live* semanal datada de 21 de outubro de 2021, às 20h30min, nas suas redes sociais, notícias supostamente inverídicas com o seguinte teor destacado pela autoridade policial:

“Relatórios oficiais do Governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados [...] estão desenvolvendo a síndrome de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

imunodeficiência adquirida muito mais rápido do que o previsto.”

(...)

“a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola [...] mas de pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscara.”

No último curso instrutório, a Polícia Federal pugnou pela prorrogação de prazo para continuidade das investigações, juntamente com o envio da cópia de documentos produzidos durante a última permanência dos autos na esfera policial.

Os referidos documentos aviados consistem:

- na petição do tenente-coronel do Exercício Brasileiro MAURO CESAR BARBOSA CID, Chefe da Ajudância de Ordens do Gabinete do Presidente da República, por meio da Advocacia-Geral da União, com a justificativa para levantar e disponibilizar o material utilizado como fonte no aludido pronunciamento presidencial;
- no termo de depoimento de MARIA FARANI RODRIGUES, a qual trabalha no Gabinete Pessoal do Presidente da República desde abril de 2019, inclusive com a organização e impressão dos materiais que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

podem vir a ser utilizados para as *lives* realizadas pelo Presidente da República;

- no Ofício nº 2655857/2022 – CINQ/CGRC/DICOR/PF, por meio do qual solicita ao(à) representante da empresa Google LLC a informação sobre o número de visualizações da sobredita *live* presidencial de 21/10/2021; e

- no Relatório Parcial de Polícia Judiciária, mediante o qual a autoridade policial promoveu a alteração das tipificações penais verificadas no caso em comento para que o Presidente da República e MAURO CESAR BARBOSA CID sejam indiciados pela prática do artigo 41 da Lei de Contravenções Penais (Lei nº 3.688/1941)¹ e do artigo 286 do Código Penal².

Ademais, no mesmo relatório, a Polícia Federal especificou as diligências pendentes que fundamentam o atual pleito pela dilação de prazo: o aguardo do Ofício nº 2655857/2022 dirigido à Google; o aguardo do Ofício nº

1

Art. 41. Provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto:

Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

2

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

682119/2022 dirigido às autoridades estrangeiras e, “como último ato do presente inquérito, seja oportunizada a oitiva do Senhor Presidente da República, cuja formatação – presencial ou por escrito” deverá ser autorizada pela d. Relatoria.

Nesse contexto, cumpre destacar que as diligências supradescritas são relevantes para subsidiar a análise e deliberação pela Procuradoria-Geral da República, visto que proporcionarão melhor detalhamento sobre o cenário fático e suas circunstâncias, notadamente com as razões e eventuais novos elementos de prova a serem apresentados pelo Presidente da República a respeito dos fatos investigados, nos termos do artigo 85 da Instrução Normativa DF/PF n. 108/2016³.

Ante o exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se favoravelmente à nova prorrogação do prazo por 60 (sessenta) dias, para o cumprimento das referidas diligências.

Brasília, data da assinatura digital.

Lindôra Maria Araujo
Vice-Procuradora-Geral da República

[OBJ/RFC]

3

Art. 85. Após o indiciamento, o Delegado de Polícia Federal poderá oferecer a oportunidade de o indiciado requerer ou apresentar novos elementos de prova a respeito dos fatos investigados, no prazo que assinalar.